



Simulado Final

TJ BA

Analista Judiciário
Área Judiciária – Subscrição

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA - Analista Judiciário - Área Judiciária - Subscritivo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA Analista Judiciário - Área Judiciária (Subscritivo);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-15-07>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 20 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 21 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 22 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 23 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 24 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 25 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 26 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 27 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 28 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 29 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 30 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 31 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 32 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 33 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 34 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 35 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 36 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 37 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 38 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 39 - A B C D E | 60 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO I - Questão de ênfase**

A ênfase é um modo suspeito de expressão. Se há casos em que ela se torna indispensável, como nas tragédias ou na comicidade extrema, na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo, do lateral que aspira ao centro, do insignificante que se pretende substancial. É a fala em voz gritada, o gargalhar sistemático, a cadeia de interjeições, a produção de caretas, o insistente franzir do cenho, o repetitivo arquear de sobrancelhas, a pronúncia caprichosa de palavras e frases que se querem sentenciosas e inesquecíveis. Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações, na sistemática caixa alta, nos grafismos espaçosos. Na expressão oral, a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático: despeja risadas antecipando o final da própria piada, força o tom compungido antes de dar a má notícia e se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”, por exemplo: “Esse aluno está literalmente dando o sangue na prova de Física.” Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada. A ênfase também parece desconfiar do alcance de nossa percepção usual, e nos acusa, se reclamamos do enfático. Este sempre acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero, e nos atribui insensibilidade se não o admiramos. Em suma: o enfático é um chato que se vê como um superlativo. Machado de Assis, por exemplo, não suportava gente que dissesse “Morro por doce de abóbora!”. Por sua vez, o poeta Manuel Bandeira enaltecia a “paixão dos suicidas que se matam sem explicação”. Já o enfático vive exclamando o quão decisivo é ele ser muito mais vital do que todos os outros seres humanos.

01. A suspeição da expressão enfática advém:

- a) do uso desproporcional da voz
- b) das técnicas utilizadas na escrita, como as exclamações
- c) da necessidade de uso de expressões faciais de forma desmedida
- d) da acusação que esse artifício faz em relação ao que reclama
- e) do fato de ela poder ser usada como recurso de engano

02. As ideias dos escritores citados no texto

- a) se complementam
- b) se referem a assuntos diferentes
- c) são antagônicas
- d) reforçam a opinião do autor
- e) vão de encontro ao que foi apresentado anteriormente.

03. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- I - O entardecer era sempre dedicado __ sua saúde.
- II - O silêncio __ que me refiro é interno ao meu ser.
- III - Sempre disposto __ ajudar, __ noite respondia aos e-mails.

- a) a - à - a - a
- b) à - a - a - à
- c) à - à - a - à
- d) a - a - à - a
- e) à - a - à - a

04. O trecho que apresenta uma partícula expletiva sublinhada está em:

- a) Ainda que houvesse oportunidade, os candidatos não voltariam.
- b) Se todos concordassem, não haveria necessidade de reagendamento
- c) Haveria lá, naquela casa, uma alegria constante.
- d) A artista não participará dos últimos dias de evento.
- e) É a máquina que faz todo o trabalho pesado.

05. Os termos sublinhados em I, II e III apresentam-se respectivamente como

I – E se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”

II - Se há casos em que ela se torna indispensável

III - O enfático é um chato que se vê como um superlativo

- a) pronome reflexivo, parte integrante do verbo, conjunção.
- b) partícula apassivadora, conjunção, conjunção.
- c) pronome reflexivo, conjunção, parte integrante do verbo.
- d) partícula apassivadora, conjunção, partícula apassivadora.
- e) parte integrante do verbo, pronome reflexivo, pronome reflexivo.

TEXTO II

Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los; há anos vivo sem nenhum desses abrigos, e também, como toda gente, sem chapéu. Tenho apanhado muita chuva, dado muita corrida, me plantado debaixo de muita marquise, mas resistido.

Ontem, porém, choveu demais, e eu precisava ir a três pontos diferentes do bairro. Pedi ao moço de recados, quando veio apanhar a crônica para o jornal, que me comprasse um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais, mas também não muito caro. Ele me comprou um de pouco mais de trezentos cruzeiros.

Depois de cumprir meus afazeres, voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo. Senti então uma certa simpatia por ele; meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho, e eu mesmo fiquei curioso de saber qual a origem desse carinho.

Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças. Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.

O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas.

Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre, essa pequena barraca ambulante.

Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros. Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono. Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia, faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios; a estes, respeita. O freguês vulgar e ocasional, este o irrita, e ele se aproveita da primeira distração para sumir.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. Coisas antigas. In: 200 Crônicas escolhidas. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.217-9)

06. O texto II é uma crônica, apresentando trechos

- a) narrativos, por apresentar um enredo construído com verbos no pretérito.
- b) didáticos, porque é um excelente modelo para ensino da valorização da simplicidade.
- c) argumentativos, porque apresenta pontos de vista em relação a um objeto.
- d) informativos, porque traz informações históricas sobre o guarda-chuva.
- e) descritivos, porque relata fatos e situações vividas pelo autor.

07. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de "infenso" (4º parágrafo) por:

- a) indignado
- b) inofensivo
- c) propenso
- d) contrário
- e) tendencioso

08. Os termos sublinhados estão empregados, respectivamente, em sentido

“O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas.”

- a) literal, figurado e literal
- b) literal, figurado e figurado.
- c) figurado, figurado e figurado.
- d) figurado, figurado e literal.
- e) literal, literal e literal

09. O humor está presente em vários trechos do texto. Assinale a alternativa em que isso fica bem evidente.

- a) Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo.
- b) Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros.
- c) Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono.
- d) Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los.
- e) Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças.

10. Levando-o a um estado mental de paz e caos, a filosofia enobrece o homem, como se tudo que tivesse vivido antes fosse menor que o instante atual. A frase acima conservará seu sentido e sua correção formal no caso de o elemento sublinhado ser substituído por

- a) Permitindo-lhe chegar em um estado mental de paz e caos.
- b) Embora o leve a um estado mental de paz e caos.
- c) Ainda que o leve a um estado mental de paz e de caos.
- d) Uma vez que o conduz a um estado mental de paz e de caos.
- e) Possibilitando-o alcançar um estado mental de paz e caos

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

11. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 12 e 13

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, responda as questões seguintes:

12. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

13. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 350
- c) 360
- d) 370
- e) 380

14. Seis motos participaram de uma corrida e sabe-se que a ordem de largada foi:

Ana, Bia, Carla, Denise, Eva e Fátima.

Durante a corrida, ocorreram os seguintes eventos em sequência:

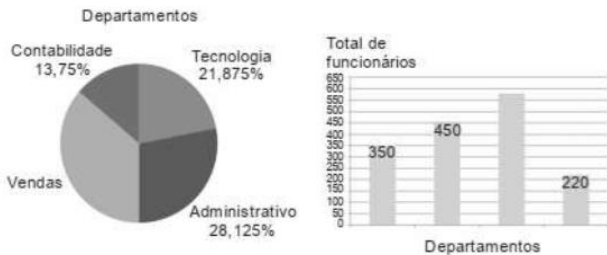
- A terceira fez uma ultrapassagem
- A última fez duas ultrapassagens
- A penúltima fez três ultrapassagens
- A terceira fez duas ultrapassagens

Esses foram os únicos eventos durante a corrida.

Com o término da corrida, é correto afirmar que:

- a) Fátima terminou em quarto lugar
- b) Ana terminou em primeiro lugar
- c) Carla terminou em segundo lugar
- d) Denise terminou em terceiro lugar
- e) Nenhuma das alternativas.

15. O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é:

- a) 550
- b) 560
- c) 570
- d) 580
- e) 590

LEGISLAÇÃO

Thiago Zanolla

16. Ana é uma servidora pública que trabalha na Secretaria da Justiça e está envolvida no processo de instalação de uma nova Comarca. Durante o processo, Ana precisa garantir que todas as exigências legais para a instalação sejam cumpridas adequadamente. Com base na Lei n. 10.845/2007, assinale a opção correta.

- a) Para a instalação de uma Comarca, Ana deve garantir que, pelo menos, existam um cargo de Juiz, um de Escrivão, um de Tabelião, três Oficiais de Justiça Avaliador e três Escreventes de Cartório.
- b) Ana pode prosseguir com a instalação de uma Comarca mesmo sem uma prévia inspeção e parecer fundamentado da Corregedoria da Justiça.
- c) Ana não precisa se preocupar com a existência de instalações para a Polícia Militar na Comarca.
- d) A instalação da Comarca pode ocorrer sem o preenchimento de todos os requisitos legais, se o Tribunal de Justiça assim determinar.
- e) Após a instalação da Comarca, Ana deve enviar cópias da ata circunstanciada da solenidade de instalação apenas para o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa.

17. Pedro, atual prefeito de uma cidade em crescimento, busca perante o tribunal a reclassificação da Comarca local de entrância inicial para intermediária. Para atingir esse objetivo, ele precisa observar vários critérios relacionados à extensão territorial, população, colégio eleitoral, movimento forense e receita tributária. Com base no texto apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro pode realizar a reclassificação da Comarca diretamente pela prefeitura, sem a necessidade de uma lei específica.
- b) Para a cidade ser classificada como uma Comarca de entrância intermediária, precisa ter uma população de mais de 60.000 habitantes, com pelo menos 20% residindo na sede.
- c) Para ser reclassificada como uma Comarca de entrância intermediária, a cidade precisa ter uma extensão territorial de pelo menos 250 km².
- d) Para a reclassificação para a entrância intermediária, a receita tributária da cidade de Pedro deve ser, no mínimo, o dobro da exigida para a criação do município.
- e) Para a reclassificação para a entrância intermediária, o colégio eleitoral da cidade de Pedro precisa corresponder a 60% da população.

18. O servidor público Anderson, que atua como Relator em um Órgão Julgador, se vê diante de uma Sessão de Julgamento Virtual. Ele recebeu uma petição eletrônica durante a realização da sessão, em uma situação que não era excepcional. Neste caso, qual seria a atitude correta a tomar segundo o Regimento Interno?

- a) Ele deveria receber a petição, pois qualquer petição é aceita durante a Sessão de Julgamento Virtual.
- b) Ele não deveria receber a petição, pois o peticionamento eletrônico é vedado durante a realização da Sessão de Julgamento Virtual, salvo casos excepcionais.
- c) Ele deveria encaminhar a petição para o Presidente do Órgão Julgador.
- d) Ele poderia decidir individualmente se a petição seria aceita ou não, independente do contexto.
- e) Ele deveria encaminhar a petição para o secretário do órgão julgador para decidir.

19. Considerando o regimento interno do tribunal, avalie as seguintes afirmações:

I - No caso de um processo que exige quórum qualificado para julgamento, este será considerado julgado se receber dois terços dos votos do total dos integrantes das Seções Cíveis Reunidas, das Seções Cíveis de Direito Público e Privado, da Seção Criminal, das Câmaras Criminais e do Tribunal Pleno.

II - O quórum de julgamento será formado pelos magistrados que estiverem presentes na data de encerramento da sessão virtual.

III - No caso de um processo que não exige quórum qualificado para julgamento, este será considerado julgado se receber quatro votos dos integrantes das Turmas julgadoras nas Câmaras Cíveis.

IV - Se ocorrer um afastamento após a abertura da sessão virtual, os votos já proferidos pelo magistrado afastado serão desconsiderados.

V - Caso um processo não seja julgado, ele será incluído na sessão virtual imediatamente posterior, mesmo sem nova intimação.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a afirmativa II está correta.
- b) Apenas a afirmativa IV está correta.
- c) As afirmativas I e V estão corretas.
- d) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

20. Ana é uma servidora pública estadual aposentada por invalidez. Recente decisão de junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria. Qual é a consequência legal direta dessa decisão para Ana, de acordo com o Regime Jurídico Único citada?

- a) Ana será reintegrada ao serviço público no cargo que ocupava antes de sua aposentadoria.
- b) Ana será posta em disponibilidade remunerada até que seja encontrado um cargo para ela retornar.
- c) Ana irá reverter ao cargo que ocupava antes de sua aposentadoria ou ao cargo resultante de sua transformação.
- d) Ana perderá o benefício da aposentadoria, mas poderá requerer outros benefícios previdenciários.
- e) Ana terá que retomar imediatamente suas funções anteriores, independentemente da existência de vaga.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos em que prevê expressamente em seu texto. Conforme disposto na Lei Maior, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro das Relações Exteriores.
- b) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Deputado Federal.
- e) General do Exército.

22. “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

23. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo das Forças Armadas e do regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.
- c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.
- d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.
- e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

24. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

25. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
- e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficialarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

26. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

27. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.
- d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados toma a decisão de iniciar apuração acerca da acusação formalizada contra o Presidente da República, assegura-se ao Chefe do Executivo o contraditório e a ampla defesa.

28. Consoante disposto na Constituição Federal, é direito do preso, exceto:

- a) o cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- b) não ser submetido a trabalhos forçados.
- c) a preservação da integridade física e moral.
- d) as presidiárias têm o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, que não pode ser inferior a 180 dias.

29. O modelo federativo de Estado tem por característica a autonomia dos entes federativos. Para garantir essa autonomia, a Constituição Federal atribuiu competências legislativas e administrativas aos entes federados. Considerando a repartição de competências legislativas, assinale a alternativa correta:

- a) Informática é competência legislativa privativa da União.
- b) Cada estado federado poderá, nos termos da Constituição Federal, legislar sobre desapropriação.
- c) Compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) Lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de competência privativa da União.
- e) A legislação sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia é exclusiva da União.

30. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) Os cargos em comissão são de livre nomeação e não dependem de concurso público para serem preenchidos.
- e) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

31. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde ao aplicado no sistema jurídico nacional

- a) Todas as sociedades em que o Estado passe a possuir a participação acionária majoritária integram a Administração Indireta.
- b) As empresas públicas devem ser criadas sob a forma de sociedade anônima.
- c) É possível que o poder público crie uma empresa pública cujo objetivo seja a prestação de serviços públicos ou a exploração de atividades econômicas.
- d) Não é possível a celebração de contrato de gestão com entes da Administração Indireta.
- e) A instituição de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

32. Considerando a possibilidade de um servidor público da administração estadual, titular de um cargo efetivo, exercer um mandato eletivo, analise os próximos itens quando às regras definidas pela Constituição Federal.

I - Tratando-se de mandato eletivo federal ficará, obrigatoriamente, afastado de seu cargo.

II - Tratando-se de mandato eletivo estadual, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

III - Tratando-se de mandato eletivo municipal, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.
- e) II e III.

33. Acerca da extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) A cassação é quando ocorre a extinção de um ato administrativo diante do descumprimento dos requisitos estabelecidos para a sua execução.

b) Ocorre a contraposição quando o ato não é compatível com a nova legislação.

c) A caducidade ocorre quando um novo ato se contrapõe ao ato anterior.

d) A anulação é a supressão de um ato válido por motivo de interesse público superveniente, que o tornou inconveniente ou inoportuno.

e) Na revogação, o ato é extinto por motivo de ilegalidade, que poderá ser realizada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

34. Levando em consideração os poderes da administração, considere os seguintes itens.

I – Quando o agente busca alcançar um fim diverso daquele que a lei lhe permitiu ocorre abuso de poder, na modalidade desvio de poder.

II - Em relação ao poder de polícia, é possível que atos relativos à aplicação de penalidades possam ser delegados às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

III – A Administração pública, ao editar atos normativos, com o intuito de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados atua no exercício do poder hierárquico.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

35. Em relação a classificação do controle administrativo, quando o Tribunal de Contas do Estado realiza a auditoria e acompanhamento da execução de orçamento anual do Poder Executivo, o controle exercido será

- a) interno e prévio.
- b) externo e concomitante.
- c) interno e posterior.
- d) externo e prévio.
- e) interno e concomitante.

36. A simples comprovação da existência do dano e do nexos causal entre este e a atividade estatal é suficiente para que o Estado tenha o dever de indenizar, não se admitindo nenhuma excluyente de responsabilidade. Esse conceito refere-se à teoria

- a) do risco integral.
- b) da culpa administrativa.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) civilista

37. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

38. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- b) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

39. Considerando as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que corresponde a um ato de improbidade que importa em prejuízo ao erário.

- a) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer do órgão em que está lotado.
- b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar ou de narcotráfico.
- c) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.
- d) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- e) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

40. Conforme rege a Lei estadual nº 12.209/2011, é impedida de participar no processo administrativo a autoridade

- a) que seja amigo íntimo do cônjuge de um dos postulantes.
- b) tenha interesse direto no processo administrativo;
- c) cujo sobrinho tenha atuado como perito no processo.
- d) seja credor do postulante.
- e) cujo primo seja advogado de um dos postulantes.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) O incidente desconsideratório implica a dissolução da pessoa jurídica.
- b) Considera-se desvio de finalidade a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- c) Para fins de caracterização da confusão patrimonial, basta uma única hipótese de cumprimento, pela sociedade, de obrigação do sócio, ou vice-versa.
- d) Mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
- e) A desconsideração inversa não conta com previsão expressa na legislação civil.

42. Com relação aos vícios redibitórios e à evicção, assinale a alternativa correta.

- a) A rejeição da coisa por vícios redibitórios é cabível nas doações onerosas.
- b) Se o alienante conhecia o vício redibitório, deverá restituir o que recebeu mais as despesas do contrato.
- c) Prescreve em 30 dias o direito de obter a redibição ou abatimento de preço, se a coisa móvel for portadora de vícios redibitórios.
- d) A garantia contra evicção não subsiste em caso de aquisição realizada em hasta pública.
- e) As partes não podem excluir contratualmente a responsabilidade do alienante pela evicção.

43. Com relação aos direitos de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- a) O possuidor de um prédio, ainda que não seja proprietário, tem direito de exigir do vizinho que cessem as interferências prejudiciais à sua segurança, sossego e saúde.
- b) Os frutos caídos em solo alheio de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono da árvore.
- c) O proprietário pode exigir do vizinho a construção de tapumes especiais para impedir a passagem de animais de pequeno porte a este pertencentes, devendo ser rateadas as despesas.
- d) É defeso abrir janela a menos de dois metros do terreno vizinho.
- e) Não é lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões de cozinha ou quaisquer aparelhos suscetíveis de produzir interferências prejudiciais ao vizinho.

44. Com relação aos impedimentos matrimoniais e causas suspensivas, assinale a alternativa correta.

- a) O pai do marido encontra-se impedido de se casar com a mãe da esposa.
- b) Proíbe-se o casamento dos colaterais até o 4º grau.
- c) Não pode casar o viúvo que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não se fizer o inventário e se der partilha aos herdeiros.
- d) A infração das causas suspensivas opera a anulabilidade do casamento.
- e) Os impedimentos matrimoniais em regra se aplicam à união estável.

45. Com relação à vocação hereditária, assinale a alternativa correta.

- a) Legitimam-se a suceder as pessoas concebidas antes ou depois da abertura da sucessão.
- b) Na sucessão testamentária, podem ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador.
- c) Pessoas jurídicas não contam com vocação hereditária.
- d) Não pode ser nomeado herdeiro testamentário o concubino do testador casado, ainda que este tenha se separado de fato do seu cônjuge.
- e) É nula a disposição testamentária em favor do filho do concubino, seja ele ou não filho do testador.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

- 46.** Ana, primária e de bons antecedentes, foi presa em flagrante delito dentro do supermercado Alibabá Comércio de Alimentos Ltda (uma grande rede varejista da região do Abc Paulista), pois na data do dia 04/12/2022, se valendo da distração dos agentes de segurança do estabelecimento, subtraiu para si, dois desodorantes da marca Xêro Bom, avaliados em 12,00 (doze reais). De acordo com a situação narrada, caso seja processada, o magistrado poderá
- a) reconhecer a insignificância, e absolver Ana por atipicidade da conduta.
 - b) não poderá reconhecer a insignificância, mas poderá absolver Ana Clara por excludente de ilicitude.
 - c) reconhecer a insignificância na conduta, e absolver Ana Clara por excludente de culpabilidade.
 - d) não deverá reconhecer o princípio da insignificância, vez que não preenchidos os vetores trazidos pelo Supremo Tribunal Federal.
 - e) reconhecer o princípio da insignificância e absolver Ana Clara diante da causa extintiva da punibilidade.

- 47.** Carlos, inconformado com o fim de seu relacionamento com Helena que durou por cerca de 5 anos, resolve procurá-la para discutir sobre o término e tentar a qualquer custo reconciliação. Após ser mais uma vez cientificado de que o romance não teria volta, e pretendendo ceifar a vida de Lúcia Helena, Carlos tira a faca da cintura e desfere três golpes contra a vítima, sendo um no peito e dois na região do pescoço. Após golpear a ex-namorada, Carlos foge do local sem dar pistas de seu paradeiro. Helena é socorrida para o Hospital, mas não resiste aos ferimentos e falece. Diante da situação hipotética, Carlos, muito embora tenha causado lesão corporal em Helena, não responderá pelo crime de lesão em razão do princípio da
- a) subsidiariedade
 - b) consunção
 - c) lesividade
 - d) especialidade
 - e) alternatividade

48. Júlia e Gustavo casaram-se em 25/01/2001.

Gustavo era um jovem que gostava de sair com os amigos para beber às sextas-feiras, mas deixava Júlia sempre sozinha. Júlia não se importava que seu marido saísse com os amigos, mas em 15/04/2003, recebeu um torpedo de um número desconhecido com os seguintes dizeres: “Gustavo tem um relacionamento extraconjugal com Isabella. Todas as sextas-feiras eles se encontram no bar da Onça. Fique esperta.” Após receber referida mensagem, Júlia foi atrás de Gustavo e de fato a mensagem era verdadeira. Por causa disso, Gustavo foi processado e condenado no ano de 2004 pelo crime de adultério, tipificado, na data dos fatos, no artigo 240 do CP. Contudo, o crime deixa de existir no ano de 2005, quando Gustavo já tinha, inclusive, cumprido a pena pelo crime, a qual foi julgada extinta. Nesse caso,

- a) nada poderá ser arguido, pois mesmo se tratando de uma norma benéfica, Gustavo já cumpriu a pena.
- b) muito embora a norma seja benéfica, devendo retroagir, não poderá ser aplicado “abolitio criminis”, diante do trânsito em julgado da decisão.
- c) a lei não retroagirá, não podendo alcançar fatos anteriores.
- d) a lei retroagirá, pois em caso de abolitio criminis, a norma benéfica deve retroagir, pois afasta os efeitos penais.
- e) não há causa extintiva da punibilidade pelo “abolitio criminis”, pois quando um fato deixa de ser considerado crime, só poderá retroagir até a sentença condenatória.

49. Em um navio estrangeiro que navegava nas águas marítimas pertencentes à Portugal, John que tinha nacionalidade inglesa e se infiltrou na embarcação estrangeira como funcionário da limpeza, atenta contra a vida do Presidente da República do Brasil. Contudo, o Chefe do Executivo é socorrido e aguarda a sua recuperação na cidade de Algarve, em Portugal. John é preso e nesse caso é correto afirmar que

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

50. Augusto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- a) crime de peculato-desvio, independentemente de Augusto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- b) crime de apropriação indébita, independentemente de Augusto ser ou não servidor público.
- c) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- d) crime de prevaricação, posto que Augusto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- e) crime de corrupção passiva privilegiada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

51. A respeito dos recursos no Código de Processo Civil, a ação rescisória:

- a) não é admitida contra sentença terminativa, pois é necessário que a decisão seja de mérito para que seja possível a sua rescisão.
- b) é cabível, em tese, contra decisão interlocutória e contra decisão monocrática do relator, desde que referentes ao mérito e que tenham transitado em julgado.
- c) é o meio correto para a impugnação de sentença homologatória de acordo entre as partes com trânsito em julgado.
- d) que tenha por fundamento a existência de prova nova, cuja existência era ignorada pelo autor da rescisória, somente é admitida quando a prova for documental.
- e) é o único meio de impugnação para decisões transitadas em julgado que não apresentem pressupostos processuais de existência.

52. Sobre os recursos em espécie, assinale a alternativa INCORRETA, nos termos do Código de Processo Civil de 2015:

- a) A decisão que julga antecipadamente parcela do mérito é recorrível por apelação.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- c) O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável na apelação.
- d) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.
- e) É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

53. Sobre a improcedência liminar do pedido, assinale a alternativa correta:

- a) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- b) Mesmo no caso de improcedência liminar do pedido, é indispensável a citação para a validade do processo.
- c) É caso de improcedência liminar do pedido quando a petição inicial for inepta.
- d) Não é caso de improcedência liminar do pedido a ocorrência de decadência ou de prescrição, já que é necessário ouvir ambas as partes.
- e) Havendo julgamento de improcedência liminar do pedido e sendo interposta apelação, os autos serão remetidos ao tribunal, sem possibilidade de retratação por parte do juiz.

54. A respeito dos procedimentos processuais da Ação Civil Pública e do entendimento dos tribunais superiores sobre a matéria, é certo afirmar que:

- a) nesse tipo de ação, não se admitem quaisquer tipos de litisconsórcio.
- b) eventual recurso interposto contra sentença não admite a possibilidade de concessão de efeito suspensivo.
- c) decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o processo será extinto imediatamente.
- d) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- e) a ação civil pública só poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

55. A respeito do regramento previsto no Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/05), assinale a alternativa correta:

- a) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, mediante de intimação.
- b) o Juiz pode limitar ou excluir as provas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- c) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- d) apenas os meios de prova especificados em lei são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- e) a prova oral será reduzida a termo e homologada por sentença.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

56. Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de lesão corporal grave (art. 129, §1º do CP - Pena - reclusão, de um a cinco anos), cujo autor teria sido Mauro. No curso das investigações, e após requerimento do Ministério Público, o Juízo competente decretou a prisão preventiva do investigado, para assegurar a aplicação da lei penal.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 30 dias, a contar de sua instauração.
- b) O defensor de Mauro somente terá acesso aos autos do inquérito policial com autorização judicial.
- c) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impedirá a retomada futura das investigações, ainda que haja notícia de prova nova.
- d) Não será cabível o oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público.
- e) Caso o delegado identifique que o fato foi praticado em legítima defesa, poderá arquivar os autos do inquérito policial, ante a presença de excludente de ilicitude.

57. Em determinado processo que tramita pelo rito do Tribunal Júri, Wanderley foi denunciado pela prática do crime de homicídio doloso consumado, qualificado pelo motivo fútil. Ao final da instrução preliminar o Juiz pronunciou Wanderley pela prática de homicídio doloso consumado em sua forma simples, afastando a qualificadora, por considerá-la manifestamente incabível.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) tanto a defesa quanto o MP poderão recorrer, por meio de recurso em sentido estrito
- b) somente a defesa poderá recorrer, por meio do recurso de apelação
- c) tanto a defesa quanto o MP poderão recorrer, por meio de apelação
- d) somente a defesa poderá recorrer, por meio de recurso em sentido estrito
- e) trata-se de decisão irrecorrível

58. Eduardo foi denunciado pela suposta prática do crime de lesão corporal grave contra a vítima Mariana. O exame de corpo de delito não foi realizado durante a fase de investigação criminal, por entender o delegado de polícia que tal providência seria dispensável ante a confissão de Eduardo. No curso do processo, a única testemunha, Nathália, afirmou ter visto Eduardo agredir a vítima.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A prova testemunhal, nesse caso, é suficiente, já que é dispensável o exame de corpo de delito quando há confissão do acusado.
- b) O exame de corpo de delito é indispensável, mesmo tendo Eduardo confessado a prática do crime.
- c) O crime em questão não exige a realização do exame de corpo de delito para a comprovação da materialidade.
- d) Ainda que o exame de corpo de delito não pudesse ter sido realizado pelo desaparecimento dos vestígios, a prova testemunhal não poderia suprir-lhe a falta.
- e) O exame de corpo de delito deveria ter sido realizado por dois peritos oficiais.

59. Tiquinho foi denunciado pelo MPBA pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, o acusado teria se passado por um operador da empresa concessionária de energia elétrica para convencer a vítima a permitir seu ingresso na residência e, então, conseguir subtrair seus pertences com maior facilidade. O Juízo, ao final da instrução, analisando as provas produzidas, entendeu que o fato narrado na denúncia restou comprovado, mas constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), e não o delito imputado (estelionato).

Nesse caso, é correto afirmar que se trata de hipótese de:

- a) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar Tiquinho pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- b) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Tiquinho pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- c) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar Tiquinho pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- d) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Tiquinho pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- e) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar Tiquinho pelo crime de furto qualificado, já que este crime possui pena mais severa que aquele imputado na denúncia.

60. Samantha, 36 anos, funcionária pública, residente e domiciliada em Miguel Pereira-RJ, foi vítima de um crime de estelionato (art. 171 do CP) praticado por Adryelson, vulgo “Capitão”. Adryelson teria simulado ser dono de um veículo, ofertando-o em um site de vendas on-line. Assim, teria enganado Samantha, fazendo com que esta transferisse a ele R\$ 20.000,00, a título de sinal pela compra do veículo. O fato ocorreu em Macaé-RJ, e Adryelson sacou a quantia na agência do Banco em Salvador-BA, local onde reside. Após receber os valores, Adryelson desativou o anúncio e desapareceu.

Nesse caso, a competência será do Juízo da comarca de:

- a) Miguel Pereira-RJ, local do domicílio da vítima.
- b) Macaé-RJ, local do fato
- c) Salvador-BA, local do domicílio do réu
- d) Salvador-BA, local da obtenção da vantagem indevida
- e) Miguel Pereira-RJ, Macaé-RJ ou Salvador-BA, firmando-se pela prevenção

DISCURSIVA

À medida que o sol se levanta no horizonte, trazendo luz e vida a cada canto do mundo, somos lembrados da beleza e da grandiosidade da natureza que nos cerca. No entanto, também somos confrontados com uma realidade alarmante: a crise ambiental que assola nosso planeta. É tempo de olhar para além das estatísticas e gráficos, e buscar uma transformação profunda em nossa relação com a natureza.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

A CRISE AMBIENTAL E AS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA

Valor (10 pontos)

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
